

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.886 - SC (2019/0300630-6)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : **SIRLEY ROCHA DA CRUZ DE ANDRADE (PRESO)**
ADVOGADO : **DIEGO NICHE CALDAS - SC032582**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por SIRLEY ROCHA DA CRUZ DE ANDRADE contra acórdão da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (HC nº 4025076-51.2019.8.24.0000), que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 434/447):

HABEAS CORPUS. DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. PRÁTICA EM TESE DE CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO, EM CONCURSO DE PESSOAS, PRATICADO POR MOTIVO TORPE, MEDIANTE MEIO CRUEL E RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DO OFENDIDO (ART. 121, § 2º. INCISOS I, III E IV, C/C ART. 29, CAPUT, AMBOS DO CÓDIGO PENAL). NEGATIVA DE AUTORIA OU PARTICIPAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME VALORATIVO APROFUNDADO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO NA ESTREITA VIA DO WRIT. NÃO CONHECIMENTO DO PONTO. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADO NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. IMPOSSIBILIDADE. PRESENÇA DOS REQUISITOS FÁTICOS (ARTIGO 312 DO CPP) E INSTRUMENTAIS (ARTIGO 313, INCISO I, DO CPP). CONDIÇÕES PESSOAIS. IRRELEVÂNCIA. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. NÃO ACOLHIMENTO. 1. Não é possível conhecer parte da impetração, referente ao argumento defensivo de inexistência de indícios suficientes da autoria do delito, porquanto a análise de tal tese demanda esquadriñar o conjunto fático-probatório colhido nos autos originários, o que é vedado na via sumária do habeas corpus. 2. A douta autoridade dita coatora especificou os elementos demonstrativos da periculosidade da paciente, justificando a custódia cautelar na necessidade de assegurar a ordem pública, a instrução criminal e a aplicação da lei penal. Sem pretensão de adentrar ao mérito da causa e nem incursionar na análise das provas, importante ressaltar que o suposto homicídio qualificado ocorreu em 15 de junho de 2019, e a paciente, aparentemente, fugiu para local

Superior Tribunal de Justiça

ignorado, o que demonstra que não tem interesse em colaborar com a Justiça na elucidação de crime tão violento. "A fuga do acusado do distrito da culpa, logo após a prática do delito, é motivo suficiente para fundamentar o decreto de prisão preventiva, como garantia da instrução criminal e aplicação da lei penal" (STJ, HC n. 456.625/MG, rel.^a Min.^a Laurita Vaz, j. 18/09/2018). 3. O argumento de que a paciente possui condições pessoais favoráveis, por si só não suplanta a conjuntura revelada no processo, que demonstra a necessidade da manutenção da prisão cautelar, diante da presença dos requisitos fáticos - garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e segurança da aplicação da lei penal (art. 312, do CPP), e instrumentais - possível prática de crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos (art. 313, I, do CPP). 4. O pedido subsidiário de prisão domiciliar não comporta acolhimento, posto que a impetração não comprovou, e sequer indicou, qual das situações especiais previstas na legislação processual penal autorizaria a concessão do benefício. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. WRIT PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA EXTENSÃO CONHECIDA, ORDEM DENEGADA.

No presente recurso, a defesa alega ausência dos requisitos legais autorizadores da prisão preventiva, bem como a falta de fundamentação individualizada do decreto prisional. Aduz, também, que a paciente ostenta condições pessoais favoráveis.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da custódia cautelar, permitindo que a acusada responda ao processo em liberdade, se for o caso mediante aplicação de medidas cautelares alternativas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do pedido (e-STJ fls. 477/478):

É o relatório. Decido.

De plano, verifico que, nesta Corte, também houve a impetração do HC n. 533.087/SC, em favor da **recorrente**, contra o mesmo acórdão e requerendo igualmente a revogação da prisão.

A utilização do recurso cabível simultaneamente à utilização

Superior Tribunal de Justiça

do *writ* substitutivo desvirtuou o ordenamento processual, por se tratar de mera reiteração, motivo pelo qual o presente recurso não pode prosseguir.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. MATÉRIA PREVIAMENTE SUBMETIDA AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA POR MEIO DE HABEAS CORPUS. MERA REITERAÇÃO NO ÂMBITO DO RECURSO ORDINÁRIO. LITISPENDÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Hipótese na qual o recurso ordinário interposto consiste em mera reiteração de pedido formulado no HC n. 456.792/SP, que teve a liminar indeferida e será oportunamente levado a julgamento.

2. Embora o recurso ordinário em habeas corpus consista no meio próprio para a apreciação da irresignação, a defesa optou por impetrar, também, habeas corpus substitutivo, o qual primeiramente foi despachado nesta Corte. Desse modo, a tese idêntica não pode ser simultaneamente analisada em impetrações / interposições posteriores.

3. Embora esta Corte entenda ser, de início, incabível o habeas corpus substitutivo de recurso, em homenagem ao princípio da ampla defesa, é de rigor o exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício. Assim, não haverá qualquer prejuízo ao recorrente em ter as teses ora levantadas analisadas quando do julgamento HC n. 456.792/SP e não do presente recurso ordinário.

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC 103.808/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 10/12/2018)

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. MERA REITERAÇÃO DE PEDIDO (HC N. 316.928/GO). INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE.

1. Deve ser mantida por seus próprios fundamentos a decisão monocrática que negou seguimento ao writ, porquanto a questão relativa ao excesso de prazo na formação da culpa já foi objeto de apreciação por parte deste Tribunal Superior, quando da impetração do HC n. 316.928/GO, de minha relatoria, cuja liminar foi indeferida em 24/2/2015 e cujo julgamento está

Superior Tribunal de Justiça

designado para a data de 01/09/2015.

2. Agravo regimental improvido. (AgRg no RCD no HC n. 329.224/GO, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 01/09/2015, DJe 22/09/2015).

Ou seja, embora o recurso ordinário em *habeas corpus* consista no meio próprio para a apreciação da irresignação, a defesa optou por impetrar, também, *habeas corpus* substitutivo, o qual, inclusive, já foi julgado, tendo o acórdão recebido a seguinte ementa:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DA AGENTE. PACIENTE FORAGIDA. ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal.

2. Para a decretação da prisão preventiva é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, mesmo que a decisão esteja pautada em lastro probatório, que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.

3. O decreto de prisão cautelar encontra-se devidamente fundamentado, tal qual exige a legislação vigente. Foram regularmente tecidos argumentos idôneos e suficientes ao cárcere provisório da paciente na decisão transcrita, para garantir a ordem pública, em razão do peculiar *modus operandi* pelo qual o delito foi praticado, bem como para assegurar a aplicação da lei penal, tendo em vista que a paciente se encontra foragida, razão pela qual o mandado de prisão nem sequer foi cumprido. Não se pode olvidar que o delito imputado à paciente foi praticado de forma premeditada, contra seu próprio companheiro, em conluio com seu amante, mediante diversos golpes de faca, foice, pedra e martelo, causando-lhe diversas lesões corporais, na cabeça, tórax, abdômen e membros.

Superior Tribunal de Justiça

4. A orientação jurisprudencial do STF é no sentido de que a periculosidade do agente constitui fundamentação idônea para a decretação da custódia cautelar (HC 137.234, Rel. Ministro Teori Zavascki; HC 136.298, Rel. Ministro Ricardo Lewandowski; HC 136.935-AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli). Ainda, jurisprudência desta Corte Superior entende que a condição d[a] recorrente de foragid[a] - desde a decretação da prisão provisória - evidencia a necessidade da segregação cautelar para assegurar o transcurso regular do processo e a aplicação da lei penal. [...] (RHC n. 64.186/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, julgado em 24/11/2015, DJe 15/12/2015, g.n.)

4. Presentes os requisitos autorizadores da segregação preventiva, eventuais condições pessoais favoráveis não são suficientes para afastá-la.

5. Demonstrados os pressupostos e motivos autorizadores da custódia cautelar, elencados no art. 312 do CPP, não se vislumbra constrangimento ilegal a ser reparado de ofício por este Superior Tribunal de Justiça.

6. Habeas corpus não conhecido.

Desse modo, primeiro, a questão foi submetida a este Tribunal por meio do HC n. 533.087/SC e, assim, não pode ser, simultaneamente, questionada em impetrações / interposições posteriores.

Ante o exposto, **nego seguimento** ao presente recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator